

SOSEL – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Relatório de gestão

Período findo em 31 de dezembro de
2016

Índice

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DA	3
2.1.	A Nível Nacional	3
2.2.	A Nível internacional	6
2.3.	A Nível do Setor	11
3.	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	12
3.1.	Estrutura de Rendimentos	12
3.2.	Estrutura de Gastos	13
3.3.	Pessoal	14
3.4.	EBITDA e Resultado líquido do período	14
3.5.	Autonomia Financeira e Endividamento	15
4.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	15
4.1.	Posição financeira	16
4.2.	Indicadores de Gestão	17
4.3.	Indicadores financeiros mais relevantes	18
4.4.	Análise Económica	18
5.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	18
6.	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA	19
7.	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	20
7.1.	RISCO DE CRÉDITO	20
7.1.1.	Créditos sobre Clientes	20
7.1.2.	Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre Clientes	21
7.2.	RISCO DE LIQUIDEZ	21
8.	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	21
8.1.	Autorização para a emissão	22
8.2.	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	22
9.	OUTRAS INFORMAÇÕES / cumprimento de obrigações legais e regulamentares	22
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
11.	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	33

1. INTRODUÇÃO

A SOSEL – Corretores de Seguros, S.A., (*doravante designada por “Empresa”*), constituída em 10 de julho de 1990, com sede social na Avenida Dr. António José de Almeida, em Oliveira de Frades, com o capital social de 65.000 euros, representado por 65.000 ações e tem como atividade principal a mediação de seguros.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2016.

É elaborado nos termos do Artigo 66º do Código das Empresas Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DA

2.1. A NÍVEL NACIONAL

A economia portuguesa deverá manter a trajetória de recuperação moderada que tem caracterizado os anos mais recentes. O PIB deverá apresentar uma variação anual de 1,2% em 2016, acelerando para 1,4% em 2017 e mantendo uma relativa estabilidade na taxa de crescimento em 2018-2019 (1,5%). No período 2017-2019, o crescimento do PIB deverá ser próximo, embora inferior, ao projetado para a área do euro, não revertendo o diferencial negativo acumulado entre 2010 e 2013.

Esta ausência de convergência real face à área do euro reflete a persistência de estrangulamentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, no qual assumem uma relevância especial os elevados níveis de endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica desfavorável e a persistência de ineficiências nos mercados do trabalho e do produto que requerem a continuação do processo de reformas estruturais.

Após um abrandamento em 2016, a procura externa deverá acelerar no período 2016-2019, embora com um dinamismo inferior ao observado no período anterior à crise financeira internacional.

As exportações de bens e serviços deverão registar um dinamismo superior ao da procura externa, tal como observado nos últimos anos. As exportações continuarão

assim a ser a componente da procura global com maior contributo para o crescimento da atividade.

As exportações de turismo terão mantido um dinamismo elevado, num contexto de crescimentos especialmente robusto nos últimos anos.

Após um crescimento muito dinâmico em 2015 (6,1%), as exportações de bens e serviços deverão desacelerar em 2016 (3,7%), recuperando para um ritmo de crescimento de 4,8% em 2017 e de 4,6% e 4,4%, respetivamente em 2018 e 2019. Adicionalmente, em 2016, as exportações continuaram a refletir o comportamento desfavorável das vendas para alguns mercados extracomunitários, com destaque para Angola (não obstante uma menor queda na segunda metade do ano). Em 2017, as dissipações destes fatores, bem como a aceleração assumida para a procura externa, deverão contribuir para o retorno das exportações a um crescimento mais dinâmico. Embora se projete um menor crescimento das exportações de turismo, espera-se que estas mantenham um elevado dinamismo. Em resultado desta evolução, a economia portuguesa deverá continuar a apresentar ganhos de quota de mercado ao longo do período de 2016-2019.

A atual projeção aponta para uma desaceleração das importações de bens e serviços em 2016, para 3,5%, após o crescimento muito significativo registado em 2015 (8,2 por cento). Em 2017-2018, as importações deverão acelerar novamente para valores em torno de 5%, desacelerando em 2019 para 4,5%.

No terceiro trimestre de 2016, a FBCF terá voltado a registar uma redução em termos homólogos, ainda que menos acentuada do que nos dois trimestres anteriores. A evolução da FBCF continuou a refletir a queda da componente de construção, em linha com a evolução das vendas de cimento, condicionada pela forte queda do investimento público. O maior dinamismo da economia portuguesa face a 2016 será, no entanto, sustentado por uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), baseada numa recuperação do investimento rial. A projeção para o período 2016-2019, contempla uma trajetória de aceleração para o investimento rial, de 1,9% em 2016 para 5,6% em 2019, em consonância com a melhoria das expectativas de procura quer interna quer externa, num quadro de manutenção de condições financiamento favoráveis, que deverão continuar a beneficiar do impacto das medidas de política monetária não convencional do BCE.

Num contexto de aumento do rendimento disponível real, diminuição da taxa de desemprego e manutenção da confiança dos consumidores em níveis particularmente elevados, estima-se que o consumo privado tenha apresentado um crescimento dinâmico, superior ao verificado para o PIB no terceiro trimestre de 2016.

A aceleração deste agregado em termos homólogos terá refletido essencialmente a aceleração do consumo não duradouro, visível no aumento mais marcado do índice de volume de negócios de comércio a retalho deflacionado e dos valores movimentados em Caixas Automáticas e Terminais de Pagamento Automático.

No mercado de trabalho, projeta-se a continuação do crescimento do emprego, embora a um ritmo progressivamente mais moderado, e a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego. Prevê-se para 2017 uma evolução favorável do mercado de trabalho. Assim, após um crescimento forte em 2016 – superior ao do PIB e próximo do registado em 2015 (1,5%) – o emprego deverá apresentar um ritmo de crescimento em 2017- 2019 de cerca de 1%. O crescimento do emprego ocorrerá no setor privado, já que o emprego público deverá permanecer relativamente estável. A situação agora descrita implicará a manutenção de um perfil descendente da taxa de desemprego ao longo do horizonte de projeção (2016-2019), de 11% em 2016 para 8,5% em 2019. Por seu turno o consumo privado deverá desacelerar face ao observado nos anos mais recentes.

A inflação, medida pelo Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor (IHPC), deverá aumentar ao longo do horizonte 2016-2019, mantendo-se em níveis próximos dos projetados para a média da área do euro. A aceleração dos preços – para cerca de 1,5% no final do período 2016-2019 – reflete pressões ascendentes de origem interna e externa. A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, deverá situar-se em 0,8% em 2016, que compara com 0,5% em 2015. No período 2016-2019, a inflação deverá aumentar progressivamente (1,4% em 2017 e 1,5% em 2018 e 2019), em resultado de contributos positivos crescentes da componente não energética, a par de um contributo da componente energética menos negativo em 2016 e positivo nos anos seguintes.

A evolução projetada para a inflação tem subjacente um perfil de aceleração gradual dos salários por trabalhador, num cenário de aumento da produtividade e melhoria gradual da situação no mercado de trabalho. Os custos unitários do trabalho deverão manter um crescimento relativamente estável no período 2017-2019, quer no total da economia quer no setor privado.

A dívida pública, cerca de 130% do PIB, permanece muito alta, apesar dos progressos significativos conseguidos com a consolidação fiscal. A consolidação gradual em 2017 e 2018 servirá para atingir um equilíbrio entre a sustentabilidade fiscal e a não danificação das perspetivas económicas.

De referir que a manutenção de um enquadramento institucional e fiscal previsível contribuirá para preservar a confiança dos investidores e assegurar um ambiente favorável ao investimento.

Por sua vez o défice orçamental em percentagem do PIB deverá em 2016 ficar claramente abaixo dos 3%, apontando as estimativas para 2,6% (ou eventualmente um número um pouco mais baixo)

Assim, tendo em conta tudo o já referido anteriormente, podemos concluir que num enquadramento externo progressivamente mais favorável, a recuperação económica deverá permanecer sustentada no dinamismo das exportações.

Ao nível da procura interna, projeta-se uma recomposição caracterizada por uma moderação do consumo privado – com um crescimento ligeiramente inferior ao do PIB – e um comportamento dinâmico da FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) que será acompanhado da criação líquida adicional de emprego e da continuação da redução do desemprego, com a manutenção de um excedente nas contas externas e com o prosseguimento do processo de redução do endividamento do setor privado não financeiro.

Assim, o padrão de crescimento económico projetado apresenta um conjunto de características que traduzem uma recuperação mais sustentada da economia portuguesa.

Taxa de Variação Anual (%)	Projeções		
	2016	2015	2014
Produto Interno Bruto	1,2	1,6	0,9
Consumo Privado	2,1	2,6	2,3
Consumo Público	1,0	0,8	-0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	-1,7	4,5	2,3
Procura Interna	1,2	2,5	2,2
Exportações	3,7	6,1	4,3
Importações	3,5	8,2	7,8
Inflação	0,8	0,5	-0,2
Taxa de Desemprego	11,0	12,4	13,9
Défice Orçamental (% do PIB)	-2,6	-4,4	-7,2
Dívida Pública (% do PIB)	130,3	129,0	130,6
Balança de Transacções Correntes (% do PIB)	0,2	0,4	0,1

Fonte: Banco de Portugal, AICEP, INE

2.2. A Nível internacional

O crescimento do PIB mundial deve abrandar para 3,1% em 2016 antes de recuperar para 3,4% em 2017. A previsão, revista em baixa em 0,1 ponto percentual para 2016 e 2017 em relação a abril, reflete uma previsão mais moderada para as economias avançadas após a votação de junho no Reino Unido a favor da saída da União Europeia (Brexit) e um crescimento mais fraco do que o esperado nos Estados

Unidos. Esta evolução tem colocado ainda mais pressão para a descida das taxas de juros globais.

Na zona euro, apesar de um ano de 2016 com uma crise de imigrantes, os movimentos populistas, o Brexit, o terrorismo e a eleição de Donald Trump, a fraca recuperação económica continuou.

A terceira estimativa para o PIB do terceiro trimestre confirmou que a economia cresceu 0,3% numa base trimestral que se seguiu à expansão de 0,3% do segundo trimestre e ao aumento de 0,5% no primeiro trimestre.

A história de crescimento da zona euro manteve-se consistente ao longo do ano, impulsionada por um fortalecimento da economia doméstica, enquanto o setor externo não foi brilhante. As melhorias no mercado de trabalho, a inflação baixa e os estímulos das políticas monetárias do Banco Central Europeu, impulsionaram o crescimento interno, mas o investimento ainda não descolou totalmente.

O crescimento deve desacelerar ligeiramente na zona euro em 2017, depois de um valor esperado de 1,6% em 2016. Um aumento da inflação reduzirá a propensão para o consumo e o crescimento do investimento deverá diminuir devido a uma maior incerteza. No entanto, a continuação dos estímulos da política monetária do Banco Central e melhorias no setor externo, deverão conduzir a apenas uma ligeira desaceleração para 1,5%. O crescimento do PIB deverá permanecer estável em 1,5% em 2018.

O sentimento do mercado financeiro em relação às economias de mercado emergentes melhorou com a expectativa de taxas de juros mais baixas nas economias avançadas e uma preocupação reduzida sobre as perspetivas de curto prazo da China após o apoio político ao crescimento e alguma consolidação dos preços das matérias-primas. Mas há um aumento da incerteza após a eleição presidencial de Estados Unidos.

As perspetivas diferem fortemente entre países e regiões, com a Ásia emergente em geral e a Índia, em particular, mostrando um crescimento robusto e a África subsaariana experimentando uma desaceleração acentuada.

Nas economias avançadas, uma perspetiva moderada sujeita a incerteza considerável e riscos de abrandamento da economia pode alimentar mais descontentamento político, com as plataformas políticas anti integração a ganharem mais relevo.

Vários mercados emergentes e economias em desenvolvimento ainda enfrentam grandes desafios políticos ao se ajustarem aos preços mais baixos das matérias-primas. Estas perspetivas preocupantes tornam mais urgente que nunca a

necessidade de uma ampla resposta política para aumentar o crescimento e gerir vulnerabilidades.

Um acontecimento imprevisto em 2016 foi o voto do U.K. em favor da saída da União Europeia.

O Brexit é um acontecimento em curso - a forma a longo prazo das relações entre o Reino Unido e a União Europeia, e até que ponto seus fluxos comerciais e financeiros mútuos serão reduzidos, provavelmente só se tornarão claros depois de vários anos. Devemos adicionar a esta incerteza a pressão global para adoção de políticas populistas voltadas para o ambiente interno dos países.

A previsão do crescimento mundial para 2016, reflete uma atividade dos EUA mais fraca do que a esperada no primeiro semestre do ano, bem como a materialização de um importante risco de queda com o voto do Brexit.

Embora a reação dos mercados financeiros ao resultado do referendo britânico tenha sido contida, o aumento da incerteza económica, política e institucional e a provável redução dos fluxos comerciais e financeiros entre o Reino Unido e o resto da União Europeia a médio prazo faz esperar consequências macroeconómicas negativas, especialmente no Reino Unido. Como resultado, a previsão de crescimento de 2016 para as economias avançadas foi reduzida para 1,6%.

Espera-se que o crescimento em mercados emergentes e economias em desenvolvimento se fortaleça ligeiramente em 2016 para 4,2% depois de cinco anos consecutivos de declínio. No entanto, as perspectivas para estas economias são desiguais e geralmente mais fracas do que no passado.

Como já anteriormente referido, enquanto o crescimento das economias emergentes da Ásia e especialmente o da Índia continuam a ser resilientes, as maiores economias da África subsaariana (Nigéria, África do Sul e Angola) estão experimentando abruptas desacelerações ou recessões, uma vez que os preços mais baixos das matérias-primas interagem com difíceis condições políticas e económicas domésticas.

O Brasil e a Rússia continuam enfrentando condições macroeconómicas desafiadoras.

A recuperação deverá ser mais forte em 2017 à medida que a perspectivas melhorem para os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento e a economia dos EUA recupere algum dinamismo nomeadamente com a recuperação do investimento.

Embora as perspectivas a mais longo prazo das economias avançadas permaneçam moderadas, a previsão é de um reforço do crescimento das economias emergentes e

em desenvolvimento a médio prazo. Mas estas previsões dependem de um número importante de pressupostos, tais como:

- A normalização gradual das condições em economias atualmente sob stress, com um aumento geral no crescimento dos exportadores de matérias-primas, embora a níveis mais modestos do que no passado;
- Um abrandamento gradual e um reequilíbrio da economia chinesa com taxas de crescimento a médio prazo, perto de 6%;
- Crescimento resiliente em outras economias emergentes e em desenvolvimento.

Fatores económicos e não económicos ameaçam estes pressupostos de serem realizados e colocam em risco as perspetivas em geral.

A incerteza sobre a evolução pode levar as s a adiar o investimento e as decisões de contratação, retardando assim a atividade de curto prazo, enquanto uma mudança de política voltada para as questões internas também podem aumentar a discórdia sobre a política transfronteiriça.

Um segundo risco é a estagnação nas economias avançadas. À medida que o crescimento global permanece lento, a perspetiva de uma procura privada insuficiente, conduz a um crescimento permanentemente mais baixo e a uma inflação baixa.

Ao mesmo tempo, um período prolongado de inflação fraca nas economias avançadas arrisca-se a desenvolver expectativas de inflação, fazendo com que as taxas de juros reais esperadas aumentem e os gastos diminuam, voltando a um crescimento global ainda mais fraco e a inflação.

O risco é agravado pelas atuais medidas de promoção do crescimento a curto prazo, das quais a China está a depender.

Os desenvolvimentos mais positivos incluem o reajuste ordenado nos mercados financeiros após o choque inicial do voto de Brexit; Melhorias sustentadas no mercado de trabalho dos EUA; E uma recente subida moderada dos preços das matérias-primas, o que deverá aliviar parte da pressão sobre os exportadores de matérias-primas.

Estes desenvolvimentos apontam para a possibilidade de uma melhor recuperação do que a prevista, o que poderá ser ainda mais forte se os países adotarem estruturas abrangentes para aumentar a produção real e potencial.

Embora a previsão para a economia global aponte para um aumento do crescimento sobre o horizonte de previsão de curto e médio prazo, tendo em conta, ou como ponto de partida, o seu ritmo moderado este ano, o potencial de retrocesso para esta

perspetiva é alto, como sublinhado por repetidas reduções das taxas de crescimento nos últimos anos.

De um modo mais geral, as políticas macroeconómicas acomodatórias devem ser acompanhadas por reformas estruturais que possam contrariar a diminuição do potencial de crescimento, incluindo os esforços para aumentar a participação da mão-de-obra, melhorar o processo de harmonização nos mercados de trabalho e promover o investimento em investigação e desenvolvimento e inovação.

Nos países emergentes e nas economias em desenvolvimento, os grandes objetivos políticos comuns são a convergência contínua para rendimentos mais elevados, reduzindo distorções nos mercados de produtos, mão-de-obra e de capitais e proporcionando às pessoas uma melhor oportunidade de vida investindo sabiamente na educação e nos cuidados de saúde.

Com um crescimento fraco e um espaço de políticas limitado em muitos países, é necessário um esforço multilateral contínuo em várias áreas para minimizar os riscos tendo em vista a estabilidade financeira e a sustentabilidade de melhorias globais nos padrões de vida. Este esforço deve prosseguir simultaneamente em várias frentes.

Os formuladores de políticas devem enfrentar a reação contra o comércio global, reorientando a discussão sobre os benefícios a longo prazo da integração económica e garantindo que iniciativas sociais bem direcionadas irão ajudar os afetados e facilitar, através da sua reciclagem com novas formações, a sua absorção em setores em expansão.

Uma rede de segurança global mais forte é mais importante do que nunca para proteger as economias mais sólidas que podem, no entanto, ser vulneráveis ao contágio transfronteiriço e às suas respetivas repercussões, incluindo tensões que não são económicas.

Projeções para a Economia Mundial Taxa de Crescimento Anual (%)	(Projeções)		
	2015	2016	2017
World Output / Produção Mundial	3.2	3.1	3.4
Economias Avançadas	2.1	1.6	1.8
EUA	2.6	1.6	2.2
Japão	0.5	0.5	0.6
Área do Euro	2.0	1.7	1.5
Alemanha	1.5	1.7	1.4
França	1.3	1.3	1.3
Itália	0.8	0.8	0.9
Espanha	3.2	3.1	2.2
Reino Unido	2.2	1.8	1.1
Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento	4.0	4.2	4.6
Rússia	-3.7	-0.8	1.1
China	6.9	6.6	6.2
Brasil	-3.8	-3.3	0.5
México	2.5	2.1	2.3

Fonte: FMI: World Economic Outlook 2016

2.3. A Nível do Setor

- A) O volume da produção de seguro directo em Portugal em 2016 foi 10,8 mil milhões euros, refletindo um decréscimo de 14,4% face ao valor verificado em 2015., sendo que no ramo Vida de menos 23,3%, ao passo que no ramo Não Vida a produção cresceu 4,9%;
- B) Apesar da persistente forte concorrência entre as principais seguradoras do mercado se manter face a 2015, verificou-se uma tendência de inversão na degradação de prémios, em especial no ramo de Acidentes de Trabalho, bem como uma maior controlo na subscrição de modo inverter os resultados negativos de exploração verificados nos últimos anos;
- C) Assistiu-se à inversão da degradação preocupante dos resultados de exploração das seguradoras verificados nos anos anteriores;
- D) O mercado nacional assistiu à tendência de consolidação do processo de concentração de seguradoras e mediadores por via de aquisições/fusões. Atualmente três grupos seguradores já detêm mais de 55% cota de mercado nos ramos não vida, Fidelidade (26,8%), Seguradoras Unidas (Tranquilidade/Açoreana – 15,2%) e Ageas (ex-AXA e Ocidental – 12,8%);
- E) Nas seguradoras, fruto da concentração e controlo na subscrição visando resultados técnicos assistimos a dificuldade de aceitação destas de risco com elevada frequência de sinistralidade ou gravidade;
- F) É neste ambiente de enorme competitividade que se reafirma a Sosel como Corretor de Seguros.

Evolução da Atividade Global da Empresa:

- A) Factos relevantes ocorridos em 2016:
- a. Inauguração das instalações do escritório de Castro Daire;
 - b. Encontro de quadros (evento Passadiços do Paiva);
 - c. Remodelação de imagem nos escritórios de Viseu, Mortágua, Vila Nova Paiva;
 - d. Apresentação de Vídeos de apresentação de testemunho clientes de todos os escritórios da Sosel;
 - e. Substituição e uniformização de equipamento informáticos em todos os escritórios;
 - f. Início projeto Sosel Aveiro;
 - g. Aquisição carteira em Mamarrosa e abertura de instalações locais como alavancagem do projeto de Aveiro;
 - h. Aquisição carteira de Sr. Henrique Almeida para integração em Aveiro e S. Pedro do Sul.

3. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

3.1. ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2016 e 2015, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2016	2015	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	1 387 937,04	1 298 114,57	89 822,47	6,9%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	283 896,51	122 305,61	161 590,90	132,1%
Outros rendimentos	11 711,67	9 873,65	1 838,02	18,6%
Subsídios à exploração	1 383,44	4 150,26	(2 766,82)	(66,7%)
Total da estrutura de rendimentos	1 684 928,66	1 434 444,09	250 484,57	17,5%

As prestações de serviços registaram um aumento por via da angariação de novos clientes e aumento do nº de apólices como se pode verificar no quadro seguinte:

	2016	2015	Variação
Número de clientes	17.771	15.463	14,93%
Número de Apólices	33.017	28.472	15,96%

Apesar do número de clientes e apólices ter aumentado consideravelmente, o mesmo não se verificou com o volume de negócios que se manteve idêntico ao do período anterior.

Esta situação deve-se ao facto da Empresa ter expandido o seu negócio, nomeadamente, aumentando o número de clientes particulares, em dezembro de 2015, com um prémio médio inferior ao existente na carteira, o que fez com que aumentasse o número de clientes e apólices. Por outro lado, assistiu-se a uma redução do volume de negócios dos grandes e médios clientes que a Empresa tem em carteira, com consequências diretas no volume de prémios de seguros pagos e comissões que daí resultaram. Também se verificou uma redução do prémio médio nos seguros particulares, mas não com um desvio tão acentuado.

Em relação aos rendimentos da Subsidiária, os serviços prestados por parte desta aumentaram o seu valor face a 2015, pelo que aliado à diminuição significativa de Outros Gastos que a Subsidiária incorreu em 2015 devido às correções de IRC dos períodos de 2011,2012 e 2013, a rubrica “Ganhos Imputadas de Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, também aumentou. (ver nota 3.4).

3.2. Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2016 e 2015, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2016	2015	Variação	Variação (%)
Gastos com o pessoal	550 466,83	383 251,14	167 215,69	43,6%
Fornecimentos e serviços externos	537 218,71	570 037,25	(32 818,54)	(5,8%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	52 675,27	45 659,51	7 015,76	15,4%
Imposto sobre o rendimento do período	48 841,85	68 963,82	(20 121,97)	(29,2%)
Outros gastos	47 843,02	53 678,46	(5 835,44)	(10,9%)
Total da estrutura de gastos	1 237 045,68	1 121 590,18	115 455,50	10,3%

A estrutura dos gastos mantém-se muito idêntica à do ano de 2015. A principal variação registou-se ao nível dos gastos com pessoal, decorrente da contratação de

mais 4 Colaboradores, consequência do início de laboração de novos escritórios em Castro Daire e Aveiro. Também foram pagas indemnizações decorrentes de um processo de fiscalização do ACT, no montante de cerca de 123.000 Euros, contribuindo assim para o aumento da rubrica “Gastos com Pessoal”.

O crescimento dos gastos com depreciações ocorreu fundamentalmente pela necessidade de substituição e uniformização de equipamentos informáticos em todos os escritórios, bem como pela conclusão das obras a realizar no escritório de Castro Daire para se proceder à inauguração das instalações e início da atividade.

3.3. PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Descrição	2016	2015	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	550 466,83	383 251,14	167 215,69
N.º médio de colaboradores	25	21	4
Gasto médio por colaborador	22 018,67	18 250,05	3 768,62

Para dar início à laboração dos novos escritórios em Castro Daire e Aveiro, foram contratados 4 Colaboradores.

Conforme referido na nota anterior, durante o período foram pagas indemnizações decorrentes de um processo de fiscalização do ACT, no montante de cerca de 123.000 Euros, contribuindo assim para o aumento da rubrica “Gastos com Pessoal”, e consequentemente, do gasto médio por colaborador.

Em outubro de 2016, todos os colaboradores Administrativos da empresa Sosel, SA (com exceção de 1) passaram a fazer parte do Conselho de Administração enquanto Vogais.

3.4. EBITDA e Resultado líquido do período

Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Empresa”, no período de 2016 e 2015, foi o seguinte:

Descrição	2016	2015	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	549 400,10	427 477,24	121 922,86	28,5%
EBITDA/ Volume de negócios	39,6%	32,9%	6,7	20,2%
Resultado líquido do período	447 882,98	312 853,91	135 029,07	43,2%
Resultado líquido do período / Volume de negócios	32,3%	24,1%	8,2	33,9%

Verifica-se que comparativamente aos períodos de 2016 e 2015 o EBITDA e o Resultado Líquido do Período são superiores, fruto do aumento dos ganhos imputados da subsidiária Sosel II – Mediação Seguros Unipessoal, Lda., decorrente da redução de Outros Gastos Operacionais (ver nota 3.1).

Constata-se também que por cada unidade de serviços prestados, o EBITDA e RLE obtidos são agora superiores face ao do ano transato.

3.5. AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2016	2015	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	88%	85%	3%
Endividamento	12%	15%	-3%



No período, os indicadores de autonomia financeira e endividamento mantiveram-se praticamente inalterados, ostentando-se bastante positivos.

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. Posição financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:

ATIVO	31-DEZ-2016	Peso %	31-DEZ-2015	Peso %	Varição 2016 - 2015
Ativo não corrente	518 812,03	36,2%	232 064,14	20,4%	286 747,89
Ativo corrente	912 788,23	63,8%	903 638,26	79,6%	9 149,97
Total Ativo	1 431 600,26	100,0%	1 135 702,40	100,0%	295 897,86
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio	1 258 780,21	87,9%	968 938,00	85,3%	289 842,21
Passivo não corrente	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Passivo corrente	172 820,05	12,1%	166 764,40	14,7%	6 055,65
Total Capital Próprio e Passivo	1 431 600,26	100,0%	1 135 702,40	100,0%	295 897,86

A Sociedade exerceu atividade no setor de mediação de seguros, sendo que as condições do mercado segurador apesar de não serem as melhores devido à manutenção da persistente forte concorrência entre as principais seguradoras do mercado, em 2016 registaram uma tendência de inversão na degradação de prémios, bem como uma maior controlo na subscrição de modo a inverter os resultados negativos de exploração verificados nos últimos anos, pelo que assistiu-se à inversão da degradação preocupante dos resultados de exploração das seguradoras verificados nos anos anteriores.

Em 2016, a Sosel conseguiu diversificar a sua carteira de clientes, até pela ocorrência da abertura de novos estabelecimentos em novos Concelhos, pelo que, juntamente com as condições mais favoráveis do mercado, melhorou ligeiramente os principais itens do seu ativo.

Decorrente da abertura de novos estabelecimentos em novos Concelhos, e da substituição de equipamentos informáticos nos estabelecimentos já existentes, resultou uma “valorização” do valor do ativo fixo tangível existente na empresa, contribuindo também para a melhoria do ativo.

4.2. Indicadores de Gestão

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2016 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2016	2015	Δ Absoluta	Δ em % face a 2015
Ativo Fixo Tangível (AFT)	199 149,45	93 427,65	105 721,80	113,2%
Capital próprio = Cap. Permanente	1 258 780,21	968 938,00	289 842,21	29,9%
Equilíbrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap.perm)	0,16	0,10	0,06	64,1%
Fluxos de caixa operacionais	211 561,00	268 920,00	(57 359,00)	(21,3%)
Margem de Lucro	61,3%	56,1%	5,2	9,3%

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- A variação ocorrida no “**Ativo Fixo Tangível**” é motivada pelo investimento nas seguintes classes de ativos (valores mais significativos):
 - a) Edifícios e outras construções, no montante de 61.729 euros;
 - b) Equipamento Básico, no montante de 35.449 euros;
 - c) Equipamento de Transporte, no montante de 57.309 euros.

Acresce ainda que no período de 2016 ocorrem as seguintes alienações:

- a) Equipamento de Transporte, no montante de 16.500 euros;
- A variação ocorrida no “**Capital próprio**” reflete fundamentalmente o resultado líquido do período 2016, abatido dos dividendos distribuídos aos acionistas.
 - A variação ocorrida no “**Equilíbrio dos capitais permanentes**” foi originada pelo incremento significativo dos AFT superior ao incremento dos capitais permanentes.
 - Os “**Fluxos de caixa operacionais da Empresa**” são positivos, embora ligeiramente inferiores face ao ano de 2015, pelo facto de o montante despendido com fornecedores e pessoal ter sido em montantes superiores.

4.3. Indicadores financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros indicadores financeiros relevantes referentes ao período de 2016 e 2015:

Outros indicadores financeiros	2016	2015	Δ Absoluta	Δ em % face a 2015
Solvabilidade (CP/Passivo) em %	728,4 %	581,0 %	147,4	2 536,1 %
Liquidez corrente (Ativo corrente - Passivo corrente) em Euros	739 968,18	736 873,86	3 094,32	0,4 %

Da análise ao quadro acima, verificamos que a sociedade melhorou a sua estabilidade financeira, sobretudo pelo elevado incremento do capital próprio (já anteriormente explicado), o qual superou largamente o ligeiro aumento dos passivos correntes, os quais basicamente cresceram em resultado dos subsídios à exploração provenientes do IEFP não tendo ainda sido imputados a ganhos.

4.4. Análise Económica

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2016, comparativamente com o período de 2015:

Análise Económica	Fórmula simplificada	2016	2015	Δ Absoluta	Δ em % face a 2015
Rendibilidade Líquida das Vendas (%)	RL / Volume de negócios	32,3 %	24,1 %	8,2	3 389,6 %
Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	EBITDA / Ativo	38,4 %	37,6 %	0,7	195,7 %
Rendibilidade do Capital Próprio (return on equity) (%)	RL / C. Próprio	35,6 %	32,3 %	3,3	1 019,7 %
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	Fornecedores / (CMVMC+FSE) * 365	9	14	-5	(33,7 %)

Em análise aos dados do quadro apresentados, este propicia os seguintes comentários:

O aumento das Rendibilidades deve-se ao aumento do Resultado Líquido do Período influenciado pelos resultados da Empresa subsidiária.

Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, a Empresa, apresenta uma estrutura sólida, garantida por uma gestão prudente e eficaz, secundada por um bom desempenho relativamente à atividade desenvolvida em 2016 justificada pela qualidade de excelência reconhecida pela generalidade de todos os seus clientes.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Empresa no período económico findo em 31 de dezembro de 2016, alcançou o resultado líquido de 447.882,98 (quatrocentos e quarenta e sete mil oitocentos e

oitenta e dois euros e noventa e oito cêntimos). Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Euros
Resultados não disponíveis	283.896,51
DFR	100.000,00
Resultados transitados	63.986,47
Total	447.882,98

À semelhança do ocorrido em períodos anteriores, o Resultado Líquido do Período acima indicado encontra-se afetado negativamente pelo reconhecimento nos gastos do período de uma proposta de participação nos lucros no montante de 25.000,00 euros, deliberada em Ata do Conselho de Administração realizada no dia 22/12/2016, da qual foi dado conhecimento aos interessados, em devido tempo, tendo-se criado uma obrigação construtiva. A Administração solicitará a retificação aos Acionistas na Assembleia-geral Anual de aprovação de contas.

A empresa vai no período de 2017 constituir uma reserva especial por lucros retidos e reinvestidos no montante de 100.000,00 euros a ser reinvestidos durante o ano de 2017 e 2018.

6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo da sociedade passe por um aumento da quota de mercado.

- Nos ramos “Não Vida” o objetivo de crescimento é de 10%. Nos “Ramos Vida”, espera-se uma redução da atividade;
- Em 2017 é expectável uma diminuição do ambiente de agravamento da concorrência entre as companhias de seguros, verificada nos anos anteriores com a consequente estabilização ou aumento dos prémios médios por apólice e cliente;
- Fundir base de dados do escritório S.Pedro Sul e migrar base de dados e programas partilhados de gestão da Sosel para servidor Virtual (nuvem);
- Abertura das novas instalações na cidade de Aveiro;

- Aumentar ações de publicidade e divulgação de imagem e produtos em especial nas localidades onde instalados os escritórios mais recente da Sosel privilegiando os meios digitais;
- Aperfeiçoar e dinamizar os meios digitais como canal de distribuição seguros;
- Continuação do desenvolvimento da área internacional de seguros com parcerias desenvolvidas;
- Continuar a dedicar atenção especial à qualidade de serviços prestada aos clientes e formação dos colaboradores;
- Analisar oportunidades disponíveis de investimento na abertura de novos escritórios por via de aquisição de carteiras seguros e replicar o modelo de organização existente nos escritórios de forma a rentabilizar as operações;

Na expectativa de que não venham a ocorrer contingências externas e se mantenham as parcerias existentes com a estrutura acionista, tem a Sosel fundadas razões para esperar um período de 2017 na linha de tendência que tem vindo a apresentar.

7. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de Gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Empresa.

A Empresa seguiu, ao nível da gestão de risco, a política adotada:

7.1. RISCO DE CRÉDITO

7.1.1. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Empresa:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus Clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Utiliza agências de *rating* de crédito quando necessário;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

7.1.2. Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre Clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a Empresa detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários, investimentos financeiros. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos.

7.2. RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida; e,
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

8. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

8.1. AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 20/02/2017. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

8.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES / cumprimento de obrigações legais e regulamentares

Atendendo às alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº158/2009 de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, a Empresa no período de 2016 ficou enquadrada no referencial contabilístico (NCRF PE), mas atendendo à permissão incluída no Decreto Lei, optou por continuar no referencial contabilístico do período de 2015.

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. Aliás a Empresa não é detentora de ações próprias.

Durante o período foi concedido um empréstimo a um Administrador não remunerado, para o qual não existe contrato formalizado. Para além desta situação, não foram realizados quaisquer negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC).

Não existem dívidas em mora perante o Sector Público Estatal ou Segurança Social.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, entende que a Empresa tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo ao histórico de operações lucrativas alcançado e tem já contactado os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade - para adaptar à realidade concreta da Empresa – verificar riscos de liquidez, obtenção de financiamentos.

A Empresa utilizou o Benefício Fiscal DLRR em 2016, o que permitiu uma dedução à coleta de IRC de 2016 de 10.000,00 Euros. Em 2017/2018 deverão ocorrer aplicações em investimentos de valor igual ou superior ao valor da Reserva Especial DLRR constituída (100.000,00 euros).

A Reserva especial DLRR só poderá ser incorporada em Resultados Transitados após o final do 5º exercício posterior ao da sua constituição. Só a partir dessa incorporação poderá ser distribuída pelos acionistas.

A obrigatoriedade de reinvestimento Reserva Especial DLRR de 2014, no valor de 20.000 euros, foi totalmente cumprida, através do investimento efetuado em 2015 em Ativos Fixos Tangíveis de acordo com o seguinte mapa:

MAPA DE INVESTIMENTO DLRR ANO 2014 A EFETUAR EM 2015/2016

Natureza dos investimentos	Valor
Ativos Fixos Tangíveis	
Ano 2015	
Equipamento básico	
Computador Apple MB 12	4.450,50 €
Copiador Ricoh AFIC	799,50 €
Copiador Ricoh AFIC	369,00 €
Computador HP Eliteone	1.228,80 €
Obras escritório Castro Daire	8.404,50 €
Obras escritório Castro Daire	22.248,10 €
Total dos Investimentos de 2015	37.500,40 €
Reserva DLRR constituída em 2014	20.000,00 €

A obrigatoriedade de reinvestimento Reserva Especial DLRR de 2015, no valor de 150.000,00 Euros, ainda não foi totalmente cumprida. O investimento efetuado no ano de 2016, foi no montante de 101.942,77 Euros em Ativos Fixos Tangíveis de acordo com o seguinte mapa:

MAPA DE INVESTIMENTO DLRR ANO 2015 A EFETUAR EM 2016/2017

Natureza dos investimentos	Valor
Ativos fixos tangíveis	
Ano 2016	
COMPUTADOR ASUS I5-4460	1 230,0 €
SISTEMA CLIMATIZAÇÃO DAIKIN	1 576,9 €
OBRAS ESCRITÓRIO CASTRO DAIRE	27 922,4 €
6 COMPUTADORES HP 800 G2	7 947,6 €
OFFICE 365	929,9 €
COMPUTADOR HP 800 G2 AIO	1 340,3 €
COMPUTADOR HP 800 G2 AIO	1 340,3 €
OBRAS ESCRITÓRIO CASTRO DAIRE	6 090,4 €
FOTOCOPIADOR RICOH MPC300	725,7 €
OBRAS ESCRITÓRIO CASTRO DAIRE	5 025,0 €
OBRAS ESCRITÓRIO CASTRO DAIRE	3 139,7 €
FOTOCOPIADOR RICOH MPC300	725,7 €
2 CADEIRA GIRATÓRIA ALTA S/BRAÇOS	768,5 €
7 CADEIRAS AIRE, JUNIOR TRENÓ MOD.406B	1 418,8 €
MESA M-331 OVAL PRETA	449,0 €
RECLAMO LUMINOSO	2 258,4 €
3 COMPUTADORES HP 800 G2 I5	3 874,5 €
2 COMPUTADORES HP 800 G2 I5	2 583,0 €
2 COMPUTADORES HP 800 G2 I5	2 626,4 €
COMPUTADOR MS SURFPRO	1 119,6 €
COMPUTADOR HP 800 G2 AIO I5	1 291,5 €
COMPUTADOR MACBOOK 2.9 GHZ	1 774,3 €
COMPUTADOR MACBOOK PRO I3	1 516,0 €
OBRAS ESCRITÓRIO CASTRO DAIRE	19 551,5 €
FOTOCOPIADOR RICOH AFICIO MPC2051	799,5 €
3 COMPUTADORES HP 800 G2 AIO i5	3 917,9 €
TOTAL INVESTIMENTOS 2016	101 942,8 €
Reserva DLRR constituída em 2015	150 000,0 €
Valor dos investimentos efetuados	101 942,8 €
VALOR DOS INVESTIMENTOS A EFETUAR EM 2017 E 2018	48 057,2 €

Todas as transações que envolvem a Empresa, e no que lhe é aplicável, respeitam as obrigações impostas pela Lei 25/2008 de 5 de junho (assim como, as obrigações impostas pelas atualizações posteriores a este diploma), o qual estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.

Para efeitos do disposto nos n.º 1 e 2 do Artigo 25.º do Código Fiscal do Investimento, que estamos na posse da totalidade dos elementos previstos no Artigo 7.º Processo de documentação fiscal, da Portaria n.º 297/2015, de 21 de setembro, do Ministério Das Finanças e da Economia e que cumprimos com todas as condições e requisitos legalmente exigidos/previstos, à utilização dos Benefícios Fiscal no apuramento do Rendimento Tributável / Matéria Coletável, na Modelo 22 do

IRC, e assumimos o firme compromisso de os incluir no processo de documentação fiscal a que se refere o Artigo 130.º do Código do IRC.

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU RESSEGUROS

Nos termos do n.º1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar nº15/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, de 30 de dezembro, as declarações financeiras devem incluir a seguinte informação desagregada por cada uma das seguintes alíneas do artigo supra referido:

1 - Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações, incluindo os métodos, quando aplicável, utilizados para determinar, nos termos da NCRF20, a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços ao longo do período de vigência do contrato de seguro.

O reconhecimento contabilístico das Remunerações (Comissões) verifica-se quando da prestação de contas à seguradora.

2 - Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza (numerário/espécie) e por tipo (comissões, honorários e outras remunerações)

Remunerações recebidas	2016			2015		
	Numerário	Espécie	Totais	Numerário	Espécie	Totais
Comissões	1.387.937,04		1.387.937,04	1.298.114,57		1.298.114,57
Honorários						
Outras Remunerações						
Totais	1.387.937,04		1.387.937,04	1.298.114,57		1.298.114,57

3 - Total das remunerações relativas aos contratos de seguro por si intermediados desagregados por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem (por empresas de seguros, outros mediadores e clientes)

Remunerações recebidas	2016				2015			
	Ramo "Vida"	Fundos de Pensões	Ramos "Não Vida"	Totais	Ramo "Vida"	Fundos de Pensões	Ramos "Não Vida"	Totais
Empresas de Seguros	19.099,24		1.368.837,80	1.387.937,04	11.248,67		1.268.865,90	1.298.114,57
Outros Mediadores								
Clientes								
Totais	19.099,24		1.368.837,80	1.387.937,04	11.248,67		1.268.865,90	1.298.114,57

4 - Níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira

Remunerações recebidas	2016				2015			
	Ramo "Vida"	%	Ramos "Não Vida"	%	Ramo "Vida"	%	Ramos "Não Vida"	%
Açoreana			448.737,28	32,78 %			441.675,82	34,32 %
Fidelidade			474.798,50	34,69 %			364.281,26	28,31 %
Victoria – Seguros Vida	10.181,22	53,31 %			4.340,76	38,59 %		
Generali Vida	8.072,52	42,27 %			5.679,88	50,49 %		

6 - Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

São regularizadas todas as contas com seguradoras e clientes, não existindo, a essa data, fundos das companhias para entregar aos clientes, nem valores dos clientes para entregar às companhias.

As contas a receber e a pagar constantes no balanço relacionam-se com atividade da empresa (proporcionais férias, valor a receber de subsídio, etc.) incluindo também o valor de algumas comissões de dezembro de 2016 a receber de diversas companhias, pela Sosel, S.A., somente em janeiro de 2017 (3.451,95 euros) – Devedores por acréscimos de rendimento. Embora o documento legal tenha sido emitido em janeiro de 2017 (a data de vencimento será portanto em 2017), indica

referir-se a comissões de dezembro de 2016, pelo que teve de ser respeitada a periodização económica e o valor refletido em acréscimo de rendimentos no ano de 2016.

	Saldo contabilístico existente no final do período	
	Contas a receber	
	31.12.2016	31.12.2015
Empresas de seguros	3.451,95	10.122,10
Total	3.451,95	10.122,10

7- Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do período			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2015
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	3.451,95	10.122,10		
Total	3.451,95	10.122,10		

8 - Idade das contas a receber vencidas à data do relato (final do período)

Contas a receber	Até 30 dias	
	31.12.2016	31.12.2015
Sem imparidade	3.451,95	10.122,10
Total	3.451,95	10.122,10

9 - Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável.

10 - Transmissões de carteiras de seguros

	Carteira de seguros (€)			
	Transmissões recebidas		Transmissões efetuadas	
	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2015
Carteiras de seguros	19.100,00	70.107,00	0,00	0,00
Total	19.100,00	70.107,00	0,00	0,00

Representa os gastos no período com aquisição de carteiras de seguros.

11 - Contratos cessados com empresas de seguros e indenizações de clientela

Não aplicável

12 - Natureza das obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

13 - Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento dos prêmios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

	Valor total dos fundos	
	2016	2015
Transferência de valores (prêmios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	0,00	0,00

14 - Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas

	Valor total dos fundos	
	2016	2015
Transferência de valores (prêmios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	0,00	0,00

15 - Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações auferidas pela sua carteira, com indicação das respectivas percentagens

Remunerações recebidas	31.12.2016				31.12.2015			
	Ramo "Vida"	%	Ramos "Não Vida"	%	Ramo "Vida"	%	Ramos "Não Vida"	%
Açoreana			448.737,28	32,8%	64,41	0,6%	441.675,82	34,3%
Fidelidade			474.798,50	34,7%			364.281,26	28,1%
Tranquilidade					491,82	4,4%		
Generali Vida	8.072,52	42,3%						
Victoria - Seguros Vida	10181,22	53,3%						
Liberty Seguros			87.195,83	6,4%			78.145,12	6,1%
Allianz			204.363,47	14,9%			151.465,36	11,8%
Outras	845,50	4,4%	153.742,72	11,2%	10.692,44	95,1%	251.298,34	19,8%
Totais	19.099,24	100,0%	1.368.837,80	100,0%	11.248,67	100,0%	1.286.865,90	100,0%

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Empresa.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016, que compreendem o Balanço Individual, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa e o Anexo Individual.

Oliveira de Frades, 20 de fevereiro de 2017

O Conselho de Administração

Carlos Simões Silva – Presidente

Maria de Fátima Fernandes da Silva – Vogal

Carlos José Barros Casais – Vogal

Carlos Manuel Moitas Azevedo Maia – Vogal

Filipa Dias dos Santos – Vogal

Daniela Rodrigues Valente Henriques – Vogal

Maria Amélia Soares Lopes Lajas – Vogal

Maria Teresa Tavares Marques Casais – Vogal

Elisabete Maria da Silva Fernandes – Vogal

Vitor Manuel Pinto Coelho Ladeira – Vogal

José Manuel Silva da Costa – Vogal

Maria de Lurdes Barros de Almeida – Vogal

Cristina Isabel Reis Andrade – Vogal

Sílvia Regina da Costa de Almeida – Vogal

Jorge Paulo Simões Gomes – Vogal

José Fernando da Rocha Santos – Vogal

Teresa Paula Marques de Figueiredo Almeida – Vogal

Fernanda Ferreira Rei – Vogal

Diamantino Almeida Ferreira – Vogal

João Luís de Oliveira – Vogal

César Manuel Rodrigues Marques Pinto – Vogal

Dulcineia Nunes da Fonseca – Vogal

João Paulo Moitas Azevedo Maia – Vogal

11. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Informações de acordo com o nº 4 do artigo 448º, ambos do Código das Empresas Comerciais (CSC):

Relação dos acionistas ***com mais*** de um terço ou metade do capital social:

- ***Com mais de um terço:***
I'M – SGPS, S.A. **22.750 ações**
(35%);

- ***Com mais de metade:***
CIMT – Investimentos, S.A. **42.250 ações**
(65%).

Durante o ano de 2016 não ocorreram alterações ao nível dos acionistas detentores do capital, assim como do número de ações detidas.

Oliveira de Frades, 20 de fevereiro de 2017

O Conselho de Administração

Carlos Simões Silva – Presidente

Maria de Fátima Fernandes da Silva – Vogal

Carlos José Barros Casais – Vogal

Carlos Manuel Moitas Azevedo Maia – Vogal

Filipa Dias dos Santos – Vogal

Daniela Rodrigues Valente Henriques – Vogal

Maria Amélia Soares Lopes Lajas – Vogal

Maria Teresa Tavares Marques Casais – Vogal

Elisabete Maria da Silva Fernandes – Vogal

Vitor Manuel Pinto Coelho Ladeira – Vogal

José Manuel Silva da Costa – Vogal

Maria de Lurdes Barros de Almeida – Vogal

Cristina Isabel Reis Andrade – Vogal

Sílvia Regina da Costa de Almeida – Vogal

Jorge Paulo Simões Gomes – Vogal

José Fernando da Rocha Santos – Vogal

Teresa Paula Marques de Figueiredo Almeida – Vogal

Fernanda Ferreira Rei – Vogal

Diamantino Almeida Ferreira – Vogal

João Luís de Oliveira – Vogal

César Manuel Rodrigues Marques Pinto – Vogal

Dulcineia Nunes da Fonseca – Vogal

João Paulo Moitas Azevedo Maia – Vogal